

A classificação de níveis segundo a Ancine e a produção audiovisual independente na Bahia¹

Isabella Ribeiro ALMEIDA² Kátia MORAIS³

Resumo

O artigo discute a organização do setor de produção audiovisual independente baiano a partir da classificação de níveis estabelecida pela Agência Nacional do Cinema (Ancine). Essa classificação prevê critérios de acesso a recursos de fomento direto e indireto geridos pela Agência, com base no quantitativo de obras já desenvolvidas e comercializadas pelas produtoras. O estudo foi realizado a partir de dados publicados pelo Observatório do Cinema e Audiovisual (OCA/Ancine), além de publicações nos perfis online de empresas produtoras. Os resultados indicam que, ao enfatizar aspectos econômicos, a classificação de níveis, uma ação da política pública setorial, aprofunda as assimetrias e desigualdades no ecossistema audiovisual do estado, desvelando a concentração territorial na capital baiana, Salvador. Além disso, evidencia o baixo estímulo ao desenvolvimento do setor no interior do estado, sobretudo em territórios com grande potencial artístico e econômico.

Palavras-chave: Audiovisual; Bahia; produtoras independentes.

Introdução

O cenário audiovisual brasileiro tem passado por transformações nas últimas décadas. Ele se tornou uma cadeia produtiva de grande porte, com um mercado diverso no que concerne à cultura e à economia, sendo impulsionado por políticas públicas de fomento, novas tecnologias e pela crescente demanda por conteúdos.

Como órgão regulador, fomentador e fiscalizador do setor audiovisual no Brasil, a Agência Nacional do Cinema (Ancine) exerce um papel central nesse ecossistema, com impacto direto sobre a atividade. Dentro do conjunto de ações articuladas que compõem a política audiovisual no plano federal, a classificação de níveis é um mecanismo adotado pela Agência como critério de acesso pelas empresas produtoras a mecanismos de

_

¹ Trabalho apresentado na IJ04 − Audiovisual e Mídias Sonoras, da Intercom Júnior − 21° Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 48° Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante de graduação, 4º semestre, do curso de Relações Públicas da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, e-mail: contatoisabellaseabra@gmail.com.

³ Orientadora do trabalho e professora adjunta do curso de Relações Públicas da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, e-mail: <u>ksmorais@uneb.br</u>.



fomento direto e indireto. Essas regras são estabelecidas pela Instrução Normativa nº 119 da Ancine (Brasil, 2015).

O debate sobre o sistema de classificação de níveis vem ganhando espaço, em função da lógica excludente do nivelamento, uma vez que a medida reflete a centralização desse mercado em grandes polos e capitais, e o cenário desfavorável para outros municípios que não têm acesso às infraestruturas e relacionamentos necessários para se inserir e se manter atuantes no setor. Na Bahia, é possível notar essa disparidade. O setor está concentrado na capital e região metropolitana, evidenciando a assimetria em relação às cidades do interior (Lima; Canedo; Costa, 2021).

Sendo assim, o estudo da concentração de produtoras independentes na capital baiana e da dificuldade diante da classificação de níveis delimitada pela Ancine é fundamental para compreender as dinâmicas de desigualdade regional na cadeia produtiva do audiovisual, bem como para se aproximar da discussão da implementação de políticas públicas mais inclusivas e eficazes para solucionar essas barreiras.

O presente artigo propõe discutir a organização do setor audiovisual na Bahia a partir do critério da classificação de níveis estabelecido pela Ancine, com base em dados oficiais publicados pelo Observatório do Cinema e Audiovisual (OCA/Ancine), Este trabalho compõe uma das etapas da pesquisa de Iniciação Científica intitulada *Propriedade intelectual e a cena da produção independente na Bahia*, desenvolvida com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

Referencial teórico

A cadeia produtiva do audiovisual no Brasil sofre, historicamente, com a concentração nas capitais, especialmente com a organização dos pólos produtores e distribuidores no eixo Rio-São Paulo. Essas duas capitais concentram, majoritariamente, sedes de emissoras de televisão, jornais, rádios e empresas produtoras de mídia (Jambeiro, 2002).

Ainda que em escala menor, a centralização do setor audiovisual independente em torno das capitais é um fenômeno que espelha todos os outros estados brasileiros.

O que a organização do segmento de produção independente nestes anos 2000 indica é que a centralização estabelecida entre o eixo Rio-São Paulo e os demais estados brasileiros se replica quando observamos a relação capital



versus interior, o que não é uma especificidade do contexto baiano. [...] Todo o desenho da Política de Fomento, assim como os circuitos exibidor e patrocinador, privilegia produtores com experiência profissional, e estes estão, com raras exceções, nas capitais, onde ainda se concentram as estruturas de audiovisual preparadas para se relacionar com os agentes de mercado. (Morais, 2020, p. 32)

A Bahia é um dos estados com uma trajetória fundamental no contexto do audiovisual no Brasil. O primeiro registro de festival de cinema, por exemplo, ainda que não esteja na historiografia brasileira, é da capital baiana, em maio de 1951 (Gusmão; Cotrim, 2020).

Desde 2001, após o lançamento do filme *3 Histórias na Bahia*, que encerrou o vácuo de dezoito anos sem produção de longas-metragens no estado, "os cineastas baianos experimentam um período fértil de desenvolvimento de obras documentais e de ficção, em curta e longa-metragem" (Morais, 2020, p. 23).

Entretanto, esse desenvolvimento da produção está presente, majoritariamente, na capital. A concentração desse setor no município de Salvador é uma das principais características da distribuição desigual desse mercado. O fenômeno reflete tanto uma centralização histórica de infraestrutura e investimentos, quanto as dificuldades enfrentadas por outras cidades do estado.

Filipe Brito Gama, em *O mercado exibidor e as salas de cinema no Brasil e na Bahia* (2020), discorre que apesar do mercado de salas de cinema crescer significativamente na Bahia, a maior parte dele está sendo instalado na capital e nas maiores cidades. O autor revela, inclusive, que no interior da Bahia há um predomínio de complexos com poucas salas e de empresas independentes ou grupos menores nacionais, enquanto na capital, são instaladas empresas de grupos estrangeiros.

A comparação feita por Gama esclarece que o setor audiovisual baiano tem vivenciado avanços significativos nos últimos anos, mas que esse ainda é um fenômeno tímido em outras cidades do estado.

A Agência Nacional do Cinema (2015) define que para ser legalmente prevista como uma produtora brasileira independente, a empresa deve atender aos seguintes requisitos:

[...] ser constituída sob as leis brasileiras; ter sede e administração no país; 70% (setenta por cento) do capital total e votante devem ser de titularidade, direta ou indireta, de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos; a gestão das atividades da empresa e a responsabilidade editorial sobre os



conteúdos produzidos devem ser privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos; não ser controladora, controlada ou coligada a programadoras, empacotadoras, distribuidoras ou concessionárias de serviço de radiodifusão de sons e imagens; não estar vinculada a instrumento que, direta ou indiretamente, confira ou objetive conferir a sócios minoritários, quando estes forem programadoras, empacotadoras, distribuidoras ou concessionárias de serviços de radiodifusão de sons e imagens, direito de veto comercial ou qualquer tipo de interferência comercial sobre os conteúdos produzidos; não manter vínculo de exclusividade que a impeça de produzir ou comercializar para terceiros os conteúdos audiovisuais por ela produzidos.

A Ancine adota uma abordagem que enfatiza o viés industrial. Isso pode ser observado a partir das regras das ações de fomento, cujos critérios destacam aspectos gerenciais das empresas e relacionamento das produtoras com o circuito exibidor, buscando estimular que as obras brasileiras tenham condições de competir no mercado. Os critérios para classificar as empresas produtoras por níveis (2002) estão alinhados aos objetivos da Agência.

Metodologia

O artigo foi delineado a partir da análise dos dados das produtoras independentes, disponibilizados pela Ancine, no Painel de Produtoras Brasileiras Independentes e Classificação de Nível, publicados entre abril e maio de 2025. Para isso, foram selecionadas apenas produtoras independentes do estado Bahia.

Além disso, foram consultadas publicações nas redes sociais das produtoras. Foram identificadas 457 produtoras independentes da Bahia, segundo a Ancine. Deste total, 317 delas estão localizadas na capital baiana, em Salvador.

Resultados obtidos

Como uma das formas de definir os limites financeiros disponibilizados e avaliar a "capacidade gerencial" das empresas produtoras no sistema de pontuação do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), a Agência Nacional do Cinema determina que elas devem atender a critérios específicos para serem qualificadas nos mecanismos de incentivo previstos em lei (Ancine, 2002). O nivelamento varia numa escala de 1 a 5.



A classificação da empresa produtora proponente se fará com base nas obras audiovisuais já produzidas nos suportes de 16mm, 35mm, BETACAM e digitais, respeitados os seguintes critérios:

- I) Nível 1 empresa estreante na produção de obras audiovisuais ou com produções de duração inferior a 70' (setenta minutos).
- II) Nível 2 que tenha produzido obras audiovisuais que, agrupadas, totalizem o mínimo de 70' (setenta minutos).
- III) Nível 3 empresa que tenha produzido o mínimo de 01 (uma) obra audiovisual brasileira de produção independente com duração a maior de 70' (setenta minutos).
- IV) Nível 4 empresa que tenha produzido o mínimo de 02 (duas) obras audiovisuais brasileiras de produção independente com duração a maior de 70' (setenta minutos), cada uma.
- V) Nível 5 empresa legalmente constituída há, no mínimo, 05 (cinco) anos na atividade audiovisual e que tenha produzido o mínimo de 04 (quatro) obras cinematográficas ou videofonográficas de longa metragem brasileiras de produção independente.

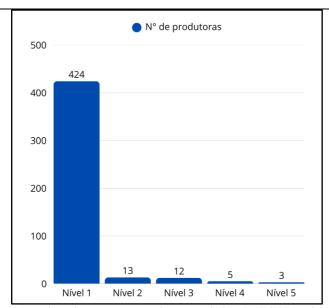
A classificação determinada pela Ancine visa organizar e qualificar o setor audiovisual. Ela tem como premissa organizar a gestão do fomento, através de critérios que privilegiam a capacidade gerencial financeira e a experiência das empresas. Entretanto, os critérios estabelecidos evidenciam as assimetrias do setor, uma vez que produtoras em níveis mais baixos, em muitos casos, enfrentam limitações no acesso aos editais do FSA e ao teto de recursos para financiamento das obras através das leis de incentivos fiscais (fomento indireto).

A partir da pesquisa no Painel de Produtoras Brasileiras Independentes e Classificação de Nível, foram localizadas 457 produtoras baianas. Deste total, 424 estão classificadas no nível 1, representando 92.8% da produção independente da Bahia. Foram registradas 13 produtoras de nível 2 e 12 de nível 3.

No que concerne aos enquadramentos de níveis 4 e 5, a Bahia registra apenas cinco e três produtoras independentes, respectivamente. Isto significa que apenas 0.7% do setor de produção audiovisual independente baiano local está classificado no maior nível estabelecido pela Ancine.

O gráfico 1 ilustra a distribuição de empresas produtoras por classificação de nível.

Gráfico 1 - distribuição dos níveis das produtoras baianas

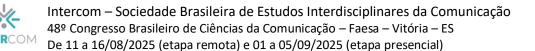


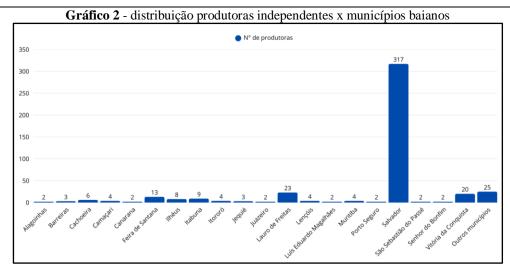
Fonte: elaborado pelas autoras com base em dados do OCA/Ancine (2025)

Dentre as três produtoras classificadas no nível 5, duas estão localizadas em Salvador: *Tem Dendê Produções* e *Truque Produtora de Cinema, TV e Vídeo*. A *Origem Comunicação* tem escritório em Salvador, mas com CNPJ vinculado à cidade de Lauro de Freitas – município situado no território Metropolitano da capital.

A respeito da localidade das 457 produtoras, os registros apontam uma concentração evidente na cidade de Salvador,. O município concentra 317 empresas produtoras independentes, o que representa 69,4% do total estadual, enquanto todas as outras cidades acumulam apenas 30.6%. Vinte e cinco municípios baianos contam com apenas uma produtora independente registrada na Ancine.

O gráfico 2 ilustra a distribuição das produtoras por município baiano.





Fonte: elaborado pelas autoras com base em dados OCA/Ancine (2025)

Sobre as empresas produtoras

Nível 5

A *Origem Comunicação* tem como principal característica o desenvolvimento de longas-metragens e séries em animação para o cinema e a TV. Conta com premiações importantes, com destaque para o longa *Meu tio José* (2021). O filme recebeu seis prêmios internacionais, foi finalista no *Grande Prêmio do Cinema Brasileiro* e é uma das poucas obras brasileiras de animação finalistas da competição oficial do *Festival de Annecy* e dos *Prêmios Quirino*.

Já a *Têm Dendê Produções* atua há mais de 20 anos em projetos audiovisuais independentes e comerciais. O grupo possui mais de 50 títulos produzidos no currículo, comercializados nacional e internacionalmente e performa entre as produtoras independentes com trajetória mais exitosa de acesso a recursos do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA).

A Truque Produtora de Cinema, TV e Vídeo conta com mais de 36 anos de experiência, e se destaca na produção de longas-metragens de ficção, documentários e conteúdos para a TV. A Truque foi uma das responsáveis pela retomada do cinema baiano nos anos 2000, com 3 histórias da Bahia, um filme composto por três curtas-metragens, dirigidos por Sérgio Machado, Edyala Yglesias e José Araripe Jr., vencedores do Concurso de Roteiros Cinematográficos, promovido pela Fundação Cultural do Estado da Bahia (FUNCEB).



Demais níveis

É válido ressaltar que as produtoras de outros níveis, localizadas tanto na capital quanto em outras cidades da Bahia, também contribuem para a cena contemporânea da produção audiovisual independente do estado.

A *Voo Audiovisual*, por exemplo, é uma das principais produtoras investidoras em festivais, além de possuir premiações em obras. Ela tem sede em Salvador (nível 1) e Ipiaú (nível 2), no sul do estado. Em abril deste ano (2025), Ipiaú se tornou polo do 4° *Circuito Cine Éden* e do 2° *Fórum Audiovisual dos Interiores da Bahia*, eventos que contaram com exibições de filmes, *workshops*, oficinas e mesas de debate.⁴ As iniciativas buscam fomentar o audiovisual nos municípios do interior, fortalecendo a diversidade na produção cultural do estado baiano e promovendo o diálogo entre profissionais do setor.

A produtora *Rosza Filmes* (nível 3) também é uma empresa que revela a qualificação na produção audiovisual para além da capital baiana. Sediada no município de Muritiba, ao lado de Cachoeira – que conta com a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – a produtora é resultado da potência do ensino superior no interior do estado. A *Rosza Filmes* foi a responsável pela produção do filme *Café com Canela* (2017), gravado no Recôncavo Baiano; o filme aguça o olhar para o Cinema Negro Brasileiro.

A *Umbuzeiro* (nível 1) também é uma distribuidora / produtora fruto do potencial do ensino superior no interior do estado. Ela foi fundada em setembro de 2024, e está localizada em Vitória da Conquista – que sedia a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. O seu surgimento se deu em um contexto de efervescência do mercado cinematográfico no Sudoeste Baiano, que é a terceira região do estado com maior número de projetos inscritos nos editais da Lei Paulo Gustavo Bahia.

Para além das empresas produtoras, a Bahia conta com figuras importantes para o seu cinema. *Antonio Olavo (Portfolium Produtora)* é um cineasta baiano, que realizou cinco filmes documentários de longa-metragem, uma série de TV e diversos curtas, preservando e manifestando a memória negra brasileira. Com destaque para a série *Travessias Negras* (2017) — que aborda as trajetórias particulares de estudantes universitários cotistas — o cineasta é, também, uma das referências do estado na contribuição para o cinema documentário.

-

⁴ Disponível em: https://vooaudiovisual.com.br/ipiau-se-torna-polo-de-cinema-e-audiovisual-durante-uma-semana/. Acesso em: 15 jun. 2025.



Assimetrias do setor audiovisual baiano

Com base nos dados apresentados, é possível perceber a centralização do mercado audiovisual na cidade de Salvador.

Em termos de infraestrutura local, o município se mostra mais desenvolvido, com espaços culturais, complexos de cinema e universidades. Em Boletim Temático nº 03 (2021), o Observatório do Audiovisual Baiano apontou que, em 2019, Salvador foi responsável por 22% do público de cinema do Nordeste, e que a cidade concentrou 22.5% das salas de cinema da região.⁵ Os dados sugerem que a produção e o consumo audiovisual na Bahia estão concentrados na capital.

O viés industrial adotado pela Ancine também interfere nessa disparidade. Ao privilegiar a capacidade financeira e a experiência em produção de obras, a Agência dificulta o acesso de empresas iniciantes ou daquelas com baixa trajetória comercial aos editais públicos. Essas regras acabam operando como barreiras à inserção de produtoras nível 1 no circuito produtivo, o que representa mais de 90% do total de produtoras independentes baianas registradas na Ancine. A maioria dessas empresas está sediada na capital do estado. Para as que operam a partir do interior, quanto mais distantes da capital, maiores as dificuldades enfrentadas e mais excludente se caracteriza o critério da classificação de níveis.

Considerações finais

A Bahia, além de carregar uma vasta história audiovisual, tem se consolidado como um polo em ascensão, com festivais, cursos, associações, segmentação de empresas produtoras e uma crescente demanda por conteúdos locais. Apesar disso, a produção se concentra majoritariamente na capital baiana. A ausência de políticas públicas mais descentralizadas contribui para a estagnação do setor nos outros territórios, perpetuando um ciclo de invisibilidade e dependência do interior em relação à capital.

A centralização da cadeia produtiva audiovisual nas capitais é uma barreira histórica, que se iniciou no eixo Rio-São Paulo, mas que se expandiu por todo o país. A análise da

-

⁵ Disponível em: https://drive.google.com/file/d/12GM0CY5wQobspUiMMzGvZF6 LdEqyMIq/view. Acesso em: 4 maio 2025.



Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Faesa – Vitória – ES De 11 a 16/08/2025 (etapa remota) e 01 a 05/09/2025 (etapa presencial)

organização do setor audiovisual baiano sob o viés da classificação de níveis delimitada pela Ancine revela um reforço a este cenário.

A lógica da classificação de níveis estabelecida pela Ancine, somada ao impacto dos critérios estabelecidos para o acesso das empresas produtoras às iniciativas de fomento público reforçam as assimetrias e criam entraves ao desenvolvimento do mercado audiovisual no estado e a sua expansão para territórios com grande potencial de produção.

Referências

ANCINE, Agência Nacional do Cinema – **Instrução Normativa nº 119**, de 16 de junho de 2015. Disponível em: https://llnk.dev/Wz71j. Acesso em: 2 maio 2025.

ANCINE, Agência Nacional do Cinema. Regulamentar os critérios para classificação de nível de empresa produtora, para fins de captação de recursos por meio de fomento indireto. **Diário Oficial da União**, [S. l.], n. 115, p. 6, 16 jun. 2015.

BRASIL. Agência Nacional do Cinema (ANCINE). **Painel de Produtoras Brasileiras Independentes e Classificação de Nível.** Disponível em: https://l1nk.dev/3CJNo. Acesso em: 01 maio 2025.

BRASIL. Agência Nacional do Cinema (ANCINE). **Proposta para Instrução Normativa de Qualificação de Empresas.**. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: https://llnk.dev/f573r. Acesso em: 3 maio 2025.

CAMPOS, L. G. *et al.*. **Boletim Temático nº 03: Cenário do Setor Audiovisual na Bahia 2017–2019.** 2021. Disponível em: https://l1nk.dev/qlFvo. Acesso em: 4 maio 2025.

GAMA, F. B. (Org.). Produção, Políticas e Mercado no Audiovisual Brasileiro. **Cadernos ProCine**, v. 4. Vitória da Conquista: UESB, 2020.

JAMBEIRO, O. M. A TV no Brasil no século XX. Salvador: Edufba, 2002.

LIMA, C. *et al.* **Audiovisual baiano em rede: organização produtiva e análise de redes sociais.** Salvador: Observatório da Economia Criativa da Bahia, 2021. Disponível em: https://llnk.dev/I6blx. Acesso em: 4 maio 2025.

VOO AUDIOVISUAL. **Ipiaú se torna polo de cinema e audiovisual durante uma semana. Voo Audiovisual, 18 abr. 2025.** Disponível em: https://llnq.com/LnVEc. Acesso em: 15 jun. 2025.